

## PREFÁCIO

A análise do programa do colóquio “Aquém e Além de São Jorge: memória e visão”, que decorreu nas Velas a 4 e 5 de julho de 2013, organizado pelo Centro de História d’Além Mar (CHAM), das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores, e pela Santa Casa da Misericórdia velense, evidencia o tratamento de temáticas bem distintas. Com efeito, sobrealçam as matérias históricas e patrimoniais, mas também figura a perspetiva literária. Além disso, proliferam os espaços e as cronologias, que incluem diversas dimensões, a ilha, a arquipelágica e a ultramarina, e diversos tempos, da descoberta e da ocupação às incidências dos nossos dias. Apesar de tudo, o privilégio dos assuntos jorgenses converte necessariamente este livro de atas em compêndio de história local, um ramo do conhecimento hoje necessariamente em debate, dado o frenesim da produção de história global, condizente com o progresso da globalização, que jamais dispensa o respeito e o resgate das identidades.

A história local é entretanto muito problemática. Simplesmente, porque um sítio bem preciso, seja um lugar, uma freguesia, um concelho, quiçá, mesmo uma ilha, pode não constituir um objeto específico de investigação, por falta de uma identidade própria. Por acréscimo, a história local é ainda muito problemática porque, não sendo propriamente mais escassos, os documentos são vulgarmente mais diversos. Quer tudo isto significar que é muitas vezes preciso compensar a carência de textos, talvez mais seguros, pelo recurso às memórias, talvez mais falíveis. Mas há mais! Quando a história local é escrita pelos naturais, isto é, pelos da terra, a emoção supera a espaços a razão, ocasionando se não o erro pelo menos o exagero. Quando a história local é escrita pelos forasteiros, isto é, pelos de fora, escapam muitos pormenores que só os nativos e os residentes conhecem e entendem verdadeiramente. Mas a história local é também muito vantajosa. Na ciência, são as análises locais, mais específicas, o melhor meio de correção das sínteses, demasiado globais e incertas. No ensino, são as investigações locais que suscitam o entusiasmo das turmas, porque propiciam a aproximação aos vestígios

humanos do passado, convidando à participação das comunidades e das famílias.

Apesar do caráter local, o mesmo é dizer jorgense, deste livro de atas, encontramos perante um contributo para o enriquecimento de toda a história açoriana. Aliás, os Açores possuem características comuns, que nos conferem um traço de unidade. Porém, os Açores são o reino da diversidade, dadas as assimetrias da natureza e as incidências da história. Nos Açores, o entendimento do conjunto, que é o arquipélago, obriga à averiguação das partes, que são as ilhas, sob pena da exclusão de conclusões importantes, mesmo essenciais. Assim, após uma demorada concentração da pesquisa em redor das ilhas Terceira e S. Miguel, sempre dotadas de maior projeção, importa agora o incentivo do estudo das ilhas injustamente secundarizadas, que evidenciam desempenhos históricos também relevantes.

Como alguns outros, este livro é uma homenagem, mesmo um louvor, às ilhas mais pequenas e mais periféricas. Todavia, por si só, esta adjetivação demanda cuidado, porque territorialmente o Pico não é uma ilha pequena, porque geograficamente S. Jorge não é uma ilha periférica. Bem se sabe que S. Miguel tem queixas da Terceira. Bem se sabe que a Terceira tem queixas de S. Miguel. Pessoalmente, reconheço a disputa, por ser natural da Terceira, onde nasci há 55 anos, por ser residente em S. Miguel, onde vivo há 36 anos. Contudo, bem vistas as coisas, S. Miguel e a Terceira formam um grupo à parte de ilhas privilegiadas. Assim, razões de maior queixa possuem as outras ilhas e também nas lides da investigação histórica, por força da insistência de quase todas as investigações no reconhecimento do passado micelense e terceirense. Porém, só aparentemente, as ilhas ditas mais pequenas e mais periféricas possuem desempenhos históricos de menor relevo.

Se não, vejamos!

Num dos extremos do arquipélago, durante séculos, Santa Maria exportou louça, telha e barro em bruto para todas as outras ilhas. Noutra extremo do arquipélago, durante séculos, as Flores e o Corvo foram a porta de entrada nos Açores das armadas das especiarias, do ouro e da prata e o local de espera de corsários e de piratas da Europa do Norte, que intentavam o roubo dos carregamentos valiosos das frotas de Portugal e de Espanha. Por isso, os fundos do mar do grupo ocidental constituem um santuário da arqueologia naval internacional. No centro do arquipélago, entre os séculos XVII e XIX, no Pico, os lajidos, sobretudo os da Madalena, jorraram tanto vinho, que determinaram a internacionalização da ilha do Faial e do porto da Horta que, após o declínio da baía de Angra, se converteram na principal escala açoriana do comércio e da navegação do Atlântico, antes da construção da doca de Ponta Delgada. De resto, a Graciosa foi sempre um pequeno celeiro, um tanto ofuscado pelo fabrico setecentista da aguardente, que sempre suscitou a exportação, para as cidades do Reino, para o arquipélago da Madeira e para as praças do Norte de África, de muita cevada, acompanhada desde cedo por

algum trigo, mais tarde por porções de milho.

Historicamente periférica e geograficamente central, segundo João Soares de Albergaria e Sousa, autor vintista da *Corografia Açórica* e mentor do independentismo açoriano, S. Jorge tinha por predestinação natural o exercício da função de sede de um governo dos Açores todos. No entanto, a verdadeira especificidade jorgense reside na economia, porque o embaraço da orografia coexiste com a excelência das pastagens, propiciadora da abundância da carne e da qualidade do queijo, em consequência da transformação da criação de gado em atividade preponderante. De uma certa forma, a pecuária jorgense antecipa a quase monocultura açoriana da vaca, muito característica da 2ª metade do século XX, apenas resultante do facto de constituir a única atividade económica de toda a nossa história capaz de singrar desde a beira-mar até às escarpas mais elevadas. Mesmo assim, o maneio jorgense dos bovinos ganha maior realce na contemporaneidade. Por razões internas, por exemplo, o colapso da vinha e da laranja, que obriga à busca de alternativas, as crises sismo-vulcânicas, que subtraem terras à agricultura, e a emigração, que gera o decréscimo da mão-de-obra. Também por razões externas, por exemplo, a industrialização de finais de oitocentos e a carestia dos produtos láteos, provocada pelas guerras mundiais do século XX.

Ainda em matéria económica, ao contrário do que sucede com a generalidade das suas irmãs, em S. Jorge, a escassez de víveres básicos, sobretudo cereais, mas também leguminosas, suscita maior aproximação ao mar, como acontece no Pico. Acima de tudo, a carência ainda motiva a invenção de culturas de subsistência. Antes da introdução das batatas, o inhame é verdadeiramente o “pão dos pobres”. Por isso, em 1694, o denominado motim dos inhames foi o maior desacato da história jorgense, também um dos maiores desacatos da história açoriana. Na origem da revolta, impera uma ordem régia tendente ao estabelecimento de um imposto sobre a produção do precioso tubérculo, que reduzia o proveito dos proprietários e ameaçava a subsistência dos serviçais. A partir da Calheta, sob a liderança do capitão-mor Gonçalo Pereira Machado, as gentes da governança e do povo, em autêntica reação “interclassista”, moveram perseguição aos agentes fiscais da coroa, que foram cercados na igreja do Norte Grande, sob a ameaça de incêndio, apenas prevenida pela intercessão do pároco. Perante a insurreição, a réplica monárquica primou naturalmente pela violência. Com efeito, na sequência da abertura de uma devassa pelo corregedor, um contingente de militares do castelo terceirense de S. João Batista zarpou para S. Jorge, onde procedeu à prisão e à deportação dos revoltosos. Para o Faial, seguiram os insurgentes anónimos, que depressa obtiveram a libertação. Para a Terceira, rumaram os cabecilhas, permanecendo os mais influentes nas masmorras da fortaleza do Monte Brasil, os demais nas cadeias públicas da cidade de Angra. No entanto, para advertência

de todos, o líder Gonçalo Pereira Machado foi remetido à prisão do Limoeiro, em Lisboa, onde morreu sem culpa formada.

Mesmo que breve, o sumário de episódios da história jorgense não cabe nos propósitos deste prefácio. Em vez disso, adquire maior sentido a apresentação de uma justificação bastante, que explique a minha exclusão da lista de autores deste livro de atas, quando é certo que o meu nome constou do rol de participantes do colóquio do ano passado, tendo efetivamente pronunciado uma conferência.

Por convite da comissão organizadora do colóquio “Aquém e Além de S. Jorge: memória e visão”, tive realmente o privilégio de a 4 de julho de 2013 preferir, na Sala do Cabido da Misericórdia das Velas, a conferência de abertura de tal evento, então denominada “Variedades Jorgenses”. O texto não consta desta edição de atas, como seria expeável. A razão é entretanto simples. Por acréscimo das leituras e das reflexões, o escrito evoluiu para livro, já publicado pela Letras Lavadas edições, no final de 2013, sob o título *A Ilha de S. Jorge: uma síntese histórica*. Nestas circunstâncias, mais do que redundante, seria mesmo empobrecedor, dá-lo agora à estampa na sua versão original, já que em formato livresco ganhou maior dimensão, na aceção quantitativa, inequivocamente, na aceção qualitativa, oxalá também.

Nos Açores, a concentração dos estudos em redor das ilhas de maior projeção e a organização dos arquivos nos principais centros urbanos não obstem, entretanto, à individualização de um razoável acervo de bibliografia sobre S. Jorge, devido ao labor de estudiosos de ontem e de hoje. Neste contexto, o acrescido interesse pela periferia açoriana e a disponibilidade de fundos documentais, devidamente comprovada na riqueza arquivística do município das Velas, impelem à continuidade da investigação sobre a história jorgense, talvez a justificar a concretização de um projeto mais global e mais profundo, nas dimensões temática e cronológica, de responsabilidade individual ou coletiva. A prossecução da parceria entre o Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (CHAM), das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores, e a Santa Casa da Misericórdia das Velas, que não dispensa a retoma da regularidade dos colóquios, constitui certamente uma âncora segura na concretização de um tal projeto.

Ponta Delgada, 3 de junho de 2014.

Avelino de Freitas de Meneses